

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná—DIOEMS

Quinta-Feira, 18 de Fevereiro de 2016

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano V – Edição Nº 1044

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

LEI N.º 2.581/2016.

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a realizar Concessão Administrativa de Bens Públicos, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do Artigo 8º, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, fica o Executivo Municipal autorizado a ceder, mediante Contrato de Concessão Administrativa de Bens Públicos de propriedade do Município de Santo Antônio do Sudoeste/PR, os seguintes bens móveis:

§ 1º Em favor da Associação dos Produtores de Leite de Santo Antônio do Sudoeste – APROMILK, entidade dotada de personalidade jurídica, situada na Linha Bonita, S/N, Zona Rural, Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, entidade civil e sem fins lucrativos, Registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob nº 14.460.635/0001-86, os seguintes equipamentos agrícola:

I – Uma Carreta Agrícola Basculante Nova Marca IAC com capacidade mínima de 3 Toneladas, Rodas Aro 16 s/Pneus. Cadastro no Patrimônio Plaqueta: 65896, Avaliado em R\$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais);

II–Uma Carreta Agrícola Nova, com Rodado Tandem, Chapa Metálica, Pistão Hidráulica e Capacidade Mínima de 5 Toneladas. Cadastro no Patrimônio Plaqueta: 65898, avaliado em R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais);

III–Uma Grade Aradora Nova, Mínimo de 14 Discos de 26 Polegadas Com Pneus e Controle Remoto. Cadastro no Patrimônio Plaqueta: 65871, Avaliado em R\$ 15.850,00 (quinze mil oitocentos e cinquenta reais);

IV–Um Pulverizador Novo, Tratorizado, de Barras com no mínimo 10m. Cadastro no Patrimônio Plaqueta: 65872, Avaliado em R\$ 10.850,00 (dez mil oitocentos e cinquenta reais);

V–Um Distribuidor de Adubo Líquido, Novo, à Vácuo com Capacidade mínima de 3.000 lt, Rodas Aro 16, sem pneus. Cadastro no Patrimônio Plaqueta: 65874, Avaliado em R\$ 14.290,00 (quatorze mil duzentos e noventa reais);

VI–Uma Ensiladeira Nova, com Acoplamento para trator, capacidade de produção mínima de 2 a 7 toneladas/hora, com no mínimo 4 facas no rotor e rotação mínima de 2.600rpm. Cadastro no Patrimônio Plaqueta: 65844, Avaliado em R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais);

Art. 2º A presente Concessão Administrativa de que trata esta lei, fica dispensadas do processo licitatório, por tratarem-se de relevante interesse público; (Art. 17, Inciso II, “a”, da Lei 8.666/93);

Art. 3º O bem de que trata a presente lei, deverá ser utilizado no incentivo à agricultura, oportunizando novas tecnologias ao pequeno produtor rural.

Art. 4º O prazo de que trata a Concessão Administrativa prevista nesta lei será de 03 (três) anos, tendo início a partir da publicação da presente lei, podendo ser prorrogado a critério exclusivo do Executivo Municipal, sendo que as demais especificações dos equipamentos agrícolas, de que tratam a presente lei, deverão obrigatoriamente constar no Contrato de Concessão Administrativa de Bens Públicos, a ser posteriormente firmado entre o Município de Santo Antônio do Sudoeste e a concessionária elencada no art. 1º desta Lei;

Art. 5º São obrigações da concessionária:

I–zelar pela conservação e manutenção do equipamento, conservando e restaurando todas as avarias derivadas do uso e do desgaste enquanto estiver em seu poder;

II–permitir ao concedente toda e qualquer vistoria do patrimônio cedido, sempre que a este o solicitar;

III–devolver o equipamento, findo o prazo estabelecido no art. 4º, nas mesmas condições, que as receberam, ressalvada a depreciação;

Art. 6º Fica vedado à associação concessionária, sem expresse e formal consentimento do município concedente:

I–transferir o presente contrato, seja no seu todo ou em parte.

II–ceder ou doar a qualquer título, mesmo que parcialmente e para fins diversos, o equipamento cedido através do presente instrumento administrativo.

Art. 7º Em caso de dissolução da Associação, ou paralisação de seu funcionamento, a posse do equipamento retornará para a Concedente.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTONIO ORTIÑA

Prefeito Municipal

Cod175342